



## SEMED Campo Grande

*Professor - História (Anos Finais do Ensino Fundamental)*

# LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de texto. ....	1
Tipologia e gêneros textuais.....	5
A língua e suas modalidades.....	16
Discurso direto, indireto, indireto livre. ....	16
Intertextualidade. ....	20
Coesão e coerência textuais. ....	22
Funções da Linguagem: Fática, Conativa (ou apelativa), Poética, Referencial (informativa ou cognitiva), Emotiva (ou expressiva), Metalinguística. ....	24
Acentuação gráfica.....	26
Emprego do sinal indicativo de crase. ....	28
Ortografia. ....	29
Classes de palavras.....	31
Período composto: coordenação, subordinação e orações reduzidas. ....	42
Pontuação. ....	47
Significação das palavras: homonímia e paronímia.....	51
Concordância nominal, concordância verbal,.....	52
regência verbal e regência nominal.....	54
Uso de “há” (verbo) e “a” (preposição). Uso de onde e aonde. ....	56
Uso dos porquês .....	57
Exercícios.....	58
Gabarito.....	68

# RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Noções de lógica. Estruturas lógicas e diagramas lógicos. Valores lógicos das proposições.. Conectivos. Tabelas-verdade. ....	1
Lógica de argumentação. ....	7
Sequências e séries. ....	8
Correlação de elementos .....	10
Raciocínio analítico. ....	14
Exercícios.....	17
Gabarito.....	22

# SUMÁRIO



## LEGISLAÇÃO BÁSICA DA EDUCAÇÃO

Lei n. 12.796/2013 (Formação dos profissionais da educação).....	1
Lei n. 13.632/2018 (Educação e aprendizagem ao longo da vida) .....	3
Lei n. 14.191/2021 (Modalidade de educação bilíngue de surdos).....	4
Lei n. 13.234/2015 (Identificação, cadastramento e atendimento de alunos com altas habilidades ou superdotação) .....	5
Lei n. 13.803/2019 (Notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar) .....	6
Lei n. 13.663/2018 (Prevenção e combate à violência e promoção da cultura de paz).....	6
Lei n. 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).....	7
Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) .....	38
Lei n. 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental).....	103
Exercícios .....	108
Gabarito.....	112

## EDUCAÇÃO BRASILEIRA – TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

Plano Municipal de Educação .....	1
Plano Nacional de Educação .....	81
Ensino a distância .....	86
Metodologias Ativas. ....	89
Ensino híbrido.....	91
Base Nacional Comum Curricular. ....	93
Avaliação da aprendizagem. Avaliação educacional.....	147
Educação e tecnologia. ....	149
Teorias da educação. ....	149
Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas.....	153
Ensino e aprendizagem. ....	154
Tecnologias da informação e comunicação. ....	155
Fundamentos da Educação.....	155
Educação inclusiva e diversidade .....	165
Currículo: planejamento, seleção e organização dos conteúdos.....	176
Planejamento e organização do trabalho pedagógico .....	193
Programa de Inovação Educação Conectada. ....	194
Educação para o trânsito.....	195
Educação Ambiental.....	196

# SUMÁRIO



Direitos humanos.....	198
LDB e alterações (Lei nº 9.394/96) .....	202
Referencial Curricular da Reme. ....	232
Projeto Político Pedagógico. ....	232
Formação inicial e continuada de professores.....	233
História da Educação Brasileira. ....	241
Exercícios.....	245
Gabarito.....	262

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ensino de História: saber histórico escolar. Trabalho com documentos e diferentes Línguas no ensino de História.....	1
Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia.....	2
História e temporalidade.....	6
Passagens da Antiguidade para o Feudalismo. Mundo Medieval.....	7
Expansão Europeia do século XV. ....	17
Formação do Mundo Contemporâneo. ....	20
História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil.....	21
História brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo .....	21
Aspectos da História da África e dos povos afro-americanos e ameríndios .....	100
História da América .....	104
História regional.....	144
Exercícios.....	147
Gabarito.....	163

# SUMÁRIO



### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



## Raciocínio Lógico e Matemático

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

**Proposição:** declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve afirmar algo, acompanhado de um verbo (é, fez, não notou e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase não é uma proposição.

Há também o caso de certas frases que podem ser ou não proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N, caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de sentenças abertas, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, ...)

Seja a proposição p: Carlos é professor

Uma outra proposição q: A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

$\wedge$ : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever  $p \wedge q$ .

v: ou (um ou outro) ou disjunção

$p \vee q$ : Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$ : “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$ : Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

$\neg$  ou  $\sim$ : negação

$\sim p$ : Carlos não é professor

$\rightarrow$ : implicação ou condicional (se... então...)

$p \rightarrow q$ : Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real

$\square$ : Se, e somente se (ou bi implicação) (bicondicional)

$p \square q$ : Carlos é professor se, e somente se, a moeda do Brasil é o Real



**LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013.**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.” (NR)

“Art. 4º .....

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

.....

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

.....” (NR)

“Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

§1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

.....” (NR)

“Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.” (NR)

“Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

.....” (NR)



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CAMPO GRANDE/MS PME 2015-2025

LEI n. 5.565, DE 23 DE JUNHO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu, GILMAR ANTUNES OLARTE, Prefeito Municipal de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME do município de Campo Grande/MS, com vigência até 2025, de acordo com o estabelecido no Plano Nacional de Educação, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal, em consonância com a Lei Federal n. 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei Estadual n. 4.621/2014 que aprovou o Plano Estadual de Educação (PEE - MS).

Parágrafo único. Fica estabelecido que o quantitativo proposto nas metas e o prazo para o seu cumprimento, deverão estar em consonância com aqueles definidos pela Lei Federal n. 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

Art. 2º São diretrizes do Plano Municipal de Educação (PME):

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas e estratégias previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência da Lei Federal n. 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e, serão objeto de monitoramento e acompanhamento contínuo e de avaliações bianuais, realizados pela Comissão Municipal de Monitoramento e Avaliação do PME/Campo Grande/MS - CMMAPME, constituída pelo Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Educação, e instituída em Diário Oficial do Município, com a participação das seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - Comissão de Educação do Poder Legislativo Municipal;

III - Conselho Municipal de Educação;

IV - Fórum Municipal de Educação;

V - Secretaria de Estado de Educação;

VI - Ministério Público;



## Conhecimentos Específicos

No que se refere ao ensino de história, é importante observar que a construção do currículo não pode se limitar a um enfoque meramente disciplinar, pois, estudar o passado significa fazer referência às múltiplas experiências dos seres humanos no tempo, que são, antes de tudo, permeadas por um conjunto de conhecimentos e aspectos que não podem ser reduzidos a um recorte disciplinar. Estudar a experiência humana não pode se limitar à história político-administrativa, das guerras ou da economia.

O ensino de História, segundo Nikitiuk (2004, p. 71), “não deve ser encarado como um produto e, sim, como um processo que admite diferentes enfoques, conclusões provisórias e relativas”. E a atividade do pensar, além de recriar o pensamento, deixa marcas mnemônicas no sujeito, passíveis de serem resgatadas no futuro, a fim de serem aplicadas em diferentes situações da vida cotidiana.

O desafio do professor de história reveste-se de duplo significado. De um lado, é preciso selecionar os conteúdos a serem apresentados aos alunos o que, inevitavelmente, implica escolhas temáticas e a adoção de determinada versão dos acontecimentos. De outro, é necessário empenhar-se para que os alunos desenvolvam uma reflexão crítica em relação aos conteúdos estudados e, com isso, construam seu próprio saber. É importante o professor saber que: “quanto mais o aluno sentir a história como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer” (Karnal, 2008, p. 28)

O professor deve ter um modo democrático de conduzir as interações da sala de aula, não atribuindo-as apenas a si. Os alunos também poderão conduzir ou mediar o processo de construção de novos conhecimentos significativos, desde que haja espaço para a expressão e suas falas, de suas dúvidas, de suas sugestões como processos geradores de possibilidades para a construção de conhecimentos históricos por eles próprios.

O professor ao se trazer à cena as diferentes falas históricas, sem a preocupação com uma teoria que possa ordená-las e dados que possam suplementá-las, pode-se cair, em um relativismo inconsequente. Assim há que se desenvolver um esforço teórico para se contextualizar os vários testemunhos e compreender melhor a realidade acessada sob várias óticas.

O professor de história precisa ser alguém que entenda de história, não no sentido de que saiba tudo o que aconteceu com a humanidade, mas que saiba como a história é produzida e que consiga ter uma visão crítica do trabalho histórico existente (CABRINI et al., 2004, p. 23).

### O Processo Ensino-aprendizagem de História

A educação compreende dois pontos indissociáveis. De um lado, ela se faz pela transmissão do saber, que se constitui de conteúdos considerados socialmente relevantes, e chegam ao estudante “de fora para dentro”. De outro, é preciso extrair respostas ativas do aluno, instigá-lo a produzir o saber, propiciando situações das quais possa emergir sua própria interpretação dos conteúdos transmitidos.

Levar em conta o conhecimento prévio que os alunos trazem consigo é fundamental para a construção do conhecimento histórico. É relevante considerar que a sala de aula é um espaço de grande complexidade que se destina ao ensino-aprendizagem.

A utilização das linguagens históricas (vídeo, música, literatura e imagem) desperta o interesse dos estudantes, os temas trabalhados chamam bastante sua atenção. As ações de forma de caráter motivacional e sobretudo educacional, na intenção de contribuir na produção do conhecimento e aprendizagem histórica e possibilitar uma educação escolar segundo Fonseca (2009) que possibilite “novas maneiras de ler, compreender, escrever, viver e fazer História”.

O principal objetivo foi analisar a importância de se buscar metodologias alternativas para o Ensino de História como forma de desenvolvimento e construção do conhecimento bem como investigar o potencial dos diversos tipos de linguagens para o processo ensino-aprendizagem de História visando contribuir diretamente na formação da consciência histórica dos estudantes.